



RTEP
REVISTA ISSN: 2316-1493
TURISMO
ESTUDOS & PRÁTICAS

A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO EQUADOR

THE INSTITUTIONAL TRAJECTORY OF TOURISM PUBLIC POLICIES IN ECUADOR¹

Thiago Duarte Pimentel ²

RESUMO: Este artigo mapeia a trajetória institucional das políticas públicas de turismo no Equador, entre 1990-2020, a partir de suas dimensões normativa, regulativa e cognitiva, evidenciando o papel e a forma de ação do Estado neste processo. Para tanto, recorreu-se a um estudo empírico, baseado em dados secundários da imprensa oficial da República Federativa do Equador, em seus três poderes (executivo, legislativo e judiciário). O total de 223 documentos foram analisados utilizando o modelo elaborado por Pimentel (2011; 2014), estruturado em 3 dimensões e 5 categorias de análise. Os dados evidenciaram que: a) há um nítido crescimento do volume de atos normativos federais no período em tela, o que sugere que o turismo passou a ser uma política de Estado, b) as políticas são “provocadas” e têm como principal ator participante o executivo, c) mas em sua maioria, no entanto, são atos genéricos e pouco vinculados a ações operacionais (com planos, projetos e instrumentos de medida), e d) são caracterizadas pela ausência de recursos para a sua viabilização. Ao final, conclui-se que embora o turismo tenha se tornado uma política de Estado, a forma como a matéria é tratada carece de respaldo, sobretudo material, para a sua efetiva execução. **Palavras-chave:** Geopolítica. Análise Institucional. Políticas Públicas. Turismo. Equador.

ABSTRACT: This article maps the institutional trajectory of tourism public policies in Ecuador, between 1990-2020, from its normative, regulatory and cognitive dimensions, highlighting the role and form of state action in this process. For this purpose, an empirical study was used, based on secondary data from the official press of the Federative Republic of Ecuador, in its three branches (executive, legislative and judiciary). A total of 223 documents were analyzed

¹ Esta é a versão original em português do texto que apareceu em inglês na revista russa “*Service and Tourism: Current Challenges*”, cf. Pimentel, T. D. (2022). Tourism as Geopolitical Strategy: The institutional trajectory of tourism public policies in Ecuador. *Sovremennye problemy servisa i turizma [Service and Tourism: Current Challenges]*, 16(1), 42–63. doi: 10.24412/1995-0411-2022-1-42-63.

² Post-doc em Teoria Social (Realismo Crítico) pela UFRJ. Doutorado em Ciências Sociais pela UFJF. Mestrado em Administração e Graduação em Turismo pela UFMG. Professor Associado (UFJF). thiago.pimentel@ufjf.edu.br; <https://orcid.org/0000-0003-1889-069X>.



using the model elaborated by Pimentel (2011; 2014), structured in 3 dimensions and 5 categories of analysis. The data showed that: a) there is a clear growth in the volume of federal normative acts in the period in question, which suggests that tourism has become a State policy, b) the policies are "provoked" and have the executive as the main participating actor, c) but mostly, however, they are generic acts and poorly linked to operational actions (with plans, projects and measurement instruments), and d) they are characterized by the absence of resources to make them feasible. In the end, we conclude that although tourism has become a State policy, the way the matter is dealt with lacks support, especially material, for its effective execution. **Keywords:** Geopolitics. Institutional Analysis. Public Policies. Tourism. Ecuador.

INTRODUÇÃO

Este estudo³ aborda a temática do turismo dentro do quadro da divisão internacional do trabalho contemporânea (Marcussen, 1982; Kiljunen, 1989; Janoski, 2015; Grimberg, 2016), em particular daquilo que se passou a considerar como sociedade pós-industrial (Touraine, 1969; Harvey, 1992) ou de trabalho e economia imaterial⁴ (De Negri; Lazaratto, 1992; Lazaratto, 1992; 1993; Lessa, 2001). Particularmente, debruça-se sobre a questão de como a atividade turística tem adquirido relevância⁵ neste contexto recente, em escala global e particularmente entre

³ Este estudo é parte de um estudo mais amplo, comparativo entre 5 países na América Latina. O argumento central aqui defendido é o de que os países periféricos têm dado significativa importância ao turismo na economia, conferindo assim uma maior dependência relativa do sistema econômico em relação a esta atividade, do que em países mais desenvolvidos; e que o turismo tem sido adotado por tais países como uma tentativa fugaz – rápida e efêmera – de se buscar resultados econômicos e sociais de curto prazo, mas que não se mostram efetivos devido ao fato de que esta atividade econômica possui baixa intensidade em agregação de valor econômico (se comprado a atividades tecnológicas, por exemplo), o que leva a manutenção das vantagens comparativas nas trocas comerciais entre nações em favor dos países desenvolvidos e a deterioração dos termos de troca em longo prazo e, com isso a reprodução e aprofundamento da diferença entre os países.

⁴ “[...] Une première synthèse de ces résultats, conduite selon un point de vue particulier (celui de la définition de la composition technique et subjectivo-politique de la classe ouvrière), pourrait être exprimée par le concept de travail immatériel, le travail immatériel étant le travail qui produit le contenu informationnel et culturel de la marchandise. Ce concept fait référence à deux phénoménologies différentes du travail: d’un côté, pour ce qui concerne le « contenu informationnel » de la marchandise, il fait allusion directement aux modifications du travail ouvrier dans les grandes entreprises de l’industrie et du tertiaire où les tâches de travail immédiat sont de plus en plus subordonnées à la capacité de traitement de l’information et de communication horizontale et verticale. De l’autre côté, pour ce qui concerne l’activité qui produit le « contenu culturel » de la marchandise, il fait allusion à une série d’activités qui, normalement, ne sont pas codifiées comme travail. C’est-à-dire toutes les activités qui essaient de définir et de fixer les normes culturelles et artistiques, les modes, les goûts, les standards de consommation et plus stratégiquement l’opinion publique. Autrefois réservées à la bourgeoisie et à ses enfants, elles ont été investies, depuis la fin des années 70, par ce qu’on a appelé l’« intellectualité de masse ». [...]” (Lazaratto, 1992, p.1).

⁵ A principal justificativa mobilizada em favor do turismo, como atividade relevante nas sociedades contemporâneas, vem do campo econômico – mesmo quando contestado pelos críticos, que querem usar o econômico para mudar o social, a premissa econômica não sai de cena – (a respeito das plataformas de legitimação – ou defesa – do turismo, (cf. Jafari, 2005), pois as estatísticas demonstram que esta tem sido uma das atividades econômicas de maior geração de divisas em nível mundial. Ao longo do século XX o turismo emergiu como uma das maiores indústrias e de mais rápido crescimento em todo o mundo. Particularmente, a partir dos anos 1980, sobretudo, o crescimento nas atividades deste setor se deu de forma rápida e intensa. Segundo Hong (2008), o resultado financeiro estimado do turismo em 2005 foi de 6.2 trilhões dólares, o que representaria 10,6% da produção econômica do mundo, e 221 milhões de



os países em desenvolvimento sob o discurso de geração rápida de emprego e renda e aumento da pauta de exportações, a ponto de ser considerado um eixo estratégico estruturante (Eddy, 2016) transformando a matriz produtiva desses países em favor do turismo (Restrepo Quintero, 2014).

A partir da segunda metade do século XX o turismo se tornou um novo setor da economia mundial e uma prática social com a expansão do capitalismo, do desenvolvimento das tecnologias, da divisão social e internacional do trabalho e da reivindicação dos trabalhadores por tempo livre (Araújo; Gelbcke, 2008). A grande expansão desse setor ao longo das últimas décadas (Dias, 2003; Beni, 2006) tem gerado expectativas em mais diversos públicos e para muitos países o setor tem se tornando uma aposta em termos de desenvolvimento (Ansarah, 2000). Mas, ao assimilar papéis diversos ao longo do século XX, o Estado e seus governos, podem estabelecer objetivos, criar estruturas, destinar recursos e prover expectativas de distintas formas para o desenvolvimento do turismo nacional.

O fato empírico que se constata, no entanto, é a crescente ampliação do número e da extensão (em termos das matérias tratadas) das políticas públicas de turismo, que emerge como um pano de fundo comum e recorrente, não apenas nos países desenvolvidos, mas também naqueles em desenvolvimento. Em particular, nos países latino-americanos tem se assistido uma verdadeira “onda” (Pimentel, 2017) de expansão e institucionalização do turismo, por meio de políticas públicas, no contexto recente (Harvey, 1992). Sua adoção, no entanto, nem sempre vem acompanhada de um modo planejado e criticamente refletido em razão das características e condicionantes estruturais do país, mas, frequentemente ocorre de forma acrítica, sendo vista como aponta Cerqueira (2016) como uma alternativa rápida e fácil de geração de emprego e renda e aumento da pauta de exportações.

O ponto crucial, no entanto, é que, mesmo sob o aspecto econômico (encarado como setor de exportação), o turismo nem sempre gera um saldo positivo na balança comercial em virtude de (salvo em países específicos⁶) um volume total de fluxo turístico (considerando-se as entradas de estrangeiros e as saídas de residentes a outros países) serem, em geral, próximos, tendo uma significância mais proeminente nas taxas diferenciais de gastos entre o *inbound tourism* e o *outbound tourism* (Ouriques, 2005; 2008).

Além disso, estudos sobre a cadeia econômica do turismo evidenciam que cerca de 75% do PIB turístico está concentrado nos segmentos operativos da atividade: empresas de transporte aéreo, cadeias hoteleiras e agências de viagem, os quais, em geral, em nível mundial, são dominados por grandes conglomerados empresariais transnacionais, sediados nos países desenvolvidos (Bull, 1994). Uma implicação é que o turismo parece não ser uma atividade econômica tão rentável quanto promete, especialmente para os países pobres (Vercellone, 2017).

Apesar disso, assiste-se um crescente espaço dedicado ao turismo como atividade econômica crescentemente relevante e até mesmo estratégica em suas agendas de desenvolvimento nacional, efetuando, quase sempre, empiricamente uma mudança na sua matriz produtiva de forma a dar cada vez mais espaço a esta atividade (Eddy, 2016;

empregos em turismo, que representa cerca de 8,3% de emprego em todo o mundo. Estimativas apontavam ainda que até 2015 a taxa de crescimento real da produção de aproximadamente 4,6%, atingindo 10,7 trilhões de dólares.

⁶ Montejano (1991) os classifica como países pequenos, em geral, ilhas ou de pequena extensão territorial, com pouca diversificação produtiva e uma economia fracamente baseada no setor de serviços, em geral, e no turismo, em particular. Como exemplos citam-se Cuba, Costa Rica, Malta, entre outros.



Pimentel, 2017; 2021). De certo modo, tal fenômeno tem se repetido em vários países, caracterizando assim um fenômeno global, embora sua adoção de forma mais acentuada seja nos países periféricos, sobretudo em função de sua baixa capacidade de investimento e do baixo valor que esta indústria requer.

Nesse sentido, considerando a emergência e institucionalização do turismo na nova ordem mundial da divisão internacional do trabalho, parte-se da seguinte questão de pesquisa: *como se dá a emergência, expansão e institucionalização do turismo no Equador, através de suas políticas públicas nacionais?* O objetivo, portanto, é mapear a trajetória institucional das políticas públicas de turismo no Equador, nos últimos 30 anos (1990-2020), a partir de suas dimensões normativa, regulativa e cognitiva, de forma a evidenciar como esse “tema” adquire um status de interesse público.

Partimos da premissa de que o turismo assumiu um crescente papel e relevância nas sociedades capitalistas ocidentais contemporâneas e que isso se manifesta de forma mais notória à medida em que seus Estados Nacionais o reconhecem como tema de interesse público e o integra em suas agendas, discursos e ações. Espera-se que este estudo possa contribuir para a revisão programática dos cursos de ação adotados nas políticas públicas de turismo, que eventualmente tomem a atividade de maneira sobrevalorizada em relação ao seu potencial contributivo na geração de emprego e renda na matriz econômico-produtiva do país.

GEOPOLÍTICA E TURISMO

A geopolítica - a interface entre espaço e poder - como um campo de práticas sociais sempre existiu no universo humano (Lacoste, 1972). Contudo, a sua importância foi dramaticamente acentuada no último quartel do século XIX, quando existe um processo deliberado de reflexividade sobre o assunto, emergindo como uma área de estudo, e mais recentemente nos últimos 50 anos, devido à renovação do tema decorrente da virada crítica e pós-moderna.

Se no início, as questões geopolíticas estavam mais concentradas nas mãos dos governantes - governadores, imperadores, aristocracia feudal, etc. -; no século passado, a situação tornou-se mais “democratizada” à medida que um novo tipo de atores ganhava acesso para influenciar as decisões políticas, por exemplo grandes empresas (tais como fábricas de automóveis internacionais nos países em desenvolvimento). No entanto, tornou-se mais complexa, polarizada e multifacetada, pois no mundo estável da era feudal o poder era exercido de forma bidirecional (ou mais frequentemente unidirecional), no mundo moderno surgem múltiplos atores, com capitais distintos e com eles esferas de influência, e as relações de poder passam a ser redefinidas numa rede multidireccional. O poder político dos Estados Nacionais, exercido pelos seus governos, é agora disputado (e interferido também) por atores “não políticos”, a maioria destes “novos” atores, grandes corporações⁷ internacionais.

Contudo, se no início dos estudos foi dada mais atenção ao ponto focal dos fatores externos no processo geopolítico, ao longo do tempo, os investigadores mudaram a sua orientação no sentido de o expandir e ver todo o processo como uma relação, na qual, por um lado, há o foco central nas decisões geopolíticas, mas, por outro lado, há as

⁷ Ver LENIN, Vladimir Ilyich (1917 [2008]). *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism*. Petrograd / Moscow (Russia): pamphlet edition. [Version from “Marxists Internet Archive”. Source: Lenin’s Selected Works, Progress Publishers, 1963, Moscow, Volume 1, pp.]. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/imp-hsc/imperialism.pdf>



pessoas que recebem as decisões e podem aceitar e legitimar ou recusar e contestar essas decisões. Esta reorientação, mais aberta, indeterminada e relativista (de acordo com o espírito da pós-modernidade) levará ao estabelecimento de uma geopolítica crítica (Ó Tuathail, 1998, Agnew, 2003; Dodds, Kuss & Sharp, 2013). Assim, o campo de estudos engloba um conjunto de novas categorias e acessórios para lidar com o assunto.

Por outro lado, ainda que no início os temas mais comuns em geopolítica fossem econômicos e militares, uma nova forma de fazer geopolítica surgiu no último meio século. Era o turismo. Ainda que fosse pensado ou associado a um conjunto de atividades não sérias, como o lazer e outras atividades não produtivas (lido não importante) realizadas no tempo livre dos povos; o turismo desempenhou um papel importante no processo de coexistência após a Segunda Guerra Mundial. No novo período, geopolítico ideológico (Agnew, 2003), o turismo tem sido utilizado como atividade econômica para ocupar não militarmente áreas em disputa num mundo dividido pela guerra fria (Dachary, 2018).

Do ponto de vista econômico, em particular do seu aparelho produtivo, o turismo está inserido a nível macroeconômico numa nova forma funcional (Dachary, 2015) de articulação e maximização do capitalismo (Harvey, 1992), na qual opera de duas maneiras: (1) aumentando a circulação de capital entre espaços e regiões – incluindo as periféricas - aumentando assim as possibilidades de atribuição de recursos e otimizando assim as vantagens diferenciais que podem ser exploradas a partir das assimetrias entre estas regiões; e (2) a inclusão no sistema produtivo e econômico - i. e. produção, distribuição e consumo - de uma nova classe de produtos e serviços relacionados com o tempo de lazer⁸ (Zuzanek, 2018; 2020a, 2020b), aumentando assim o âmbito do sistema capitalista através da introdução de novos produtos e áreas tipicamente não produtivas (Briceño & Muñoz, 2015). Por outras palavras, o turismo torna-se um símbolo de acumulação mesmo pela inclusão no mercado (e na lógica do tempo de trabalho e suas regras) do tempo livre (e "improdutivo").

No contexto macrosociológico (Wallerstein, 1974; 2000), um novo quadro de divisão internacional do trabalho funciona na segunda metade do século XX, com a consolidação das sociedades pós-industriais (Touraine, 1969) e a expansão do sector dos serviços e a contração do sector industrial. É neste contexto que o turismo se insere nesta nova ordem mundial, onde, por um lado, os países mais desenvolvidos absorvem esta atividade, mas seletivamente, especialmente as partes mais técnicas e operacionais deste sistema, mas de forma diluída entre todas as outras atividades do seu sistema econômico; enquanto, por outro lado, os países periféricos a incorporam mais marcadamente, porque com um sistema econômico menos diversificado e produtos de menor valor acrescentado, esta atividade seria incorporada e acomodada de uma forma mais fácil, ainda especializada em áreas destinadas ao turismo, devido à menor capacidade de investimento no aparelho comercial e produtivo da atividade (Pimentel, 2020). Assim, nestes países, o que restaria seria a exploração dos recursos naturais através de equipamento de gestão internacional, capaz de fazer os investimentos necessários na transformação e exploração de tais recursos (Arend, 1990; Pochmann, 1991).

O turismo tornou-se uma "indústria" economicamente importante e tem sido maciçamente replicada em vários países em todo o mundo (Dachary, 2018). Esta

⁸ Esfera anteriormente não penetrada pelo mercado e, desde o início, produtiva sem valor de crescimento económico, uma vez que não produzia bens. Para uma boa panorâmica do lazer ao longo do tempo, ver Zuzanek (2018).



atividade econômica foi adoptada pelos países, especialmente pelos países em desenvolvimento, como uma forma de desenvolvimento, pois não requer grandes investimentos (em comparação com outras atividades, tais como a indústria automóvel ou de tele móveis, inovação, etc.). No entanto, o turismo é um sector menos rentável do que a produção intensiva, e mesmo dentro do sector do turismo, existem diferentes níveis de rendimento de acordo com o subsector da cadeia do turismo (por exemplo, a maior parte do PIB (75%) fica com cadeias hoteleiras internacionais, operadores turísticos e companhias aéreas, enquanto restaurantes, atracções, etc. -atividades normalmente realizadas em destinos - são menos rentáveis) (Bull, 1994).

Assim, o turismo tem sido "empurrado" para os países em desenvolvimento como forma de desenvolvimento, no entanto, pode ser uma ilusão se apenas o padrão (de plantação) em que é pregado hegemonicamente for seguido. A fim de o colocar novamente no seu curso (de desenvolvimento) é necessário fazer uma avaliação mais específica e ver as formas e (em que condições) pode ser emancipatório.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO TURISMO

As instituições são um objeto central das ciências sociais, e para alguns autores são o seu próprio objeto (Hughes, 1936). Isso porque elas se representam metonimicamente os três pilares de toda análise social: a ação, a mudança e a estrutura (Vandenberghe, 2010). Nestes fenômenos sociais, as características de permanência e de comportamento coletivo "se encontram de uma maneira particular, de modo que a própria forma assumida pelo comportamento coletivo é socialmente permanente" (Hughes, 1936, p. 180).

Pelo menos desde Max Weber, diversos estudos sociológicos consideravam as estruturas burocráticas, como os ministérios, as empresas, as escolas e os grupos de interesse, o resultado do empenho para a formação de estruturas cada vez mais eficazes no cumprimento de tarefas formais ligadas a essas organizações (Hall; Taylor, 2003).

O século XX testemunha a ascensão e centralidade deste objeto de estudo, em suas mais variadas formas. Essa história pode ser contada em três etapas: a partir do velho institucionalismo, que se estende dos anos 1930 ao final dos anos 1960; do novo institucionalismo, que vai dos anos 1970; e um terceiro momento, a partir dos anos 1980 em diante, em que há uma fragmentação teórica e discursiva em conceitos localizados como o de trabalho institucional e de empreendedor institucional.

Enquanto a primeira fase tendeu a focar as instituições a partir de seu aspecto organizacional e da infusão de valor nestas estruturas – ou seja, para Selznick (1948) a institucionalização é um "processo", alguma coisa "que acontece com a organização com o passar do tempo" –; o novo institucionalismo abraça uma perspectiva mais simbólica e culturalista, fundamentada por uma perspectiva epistemológica construtivista, em voga nos anos 1960. Para Berger e Luckmann (2004), o processo pelo qual as ações se repetem ao longo do tempo e assumem significados similares entre os atores é definido como institucionalização. Neste sentido, procurar-se-á identificar como o Estado, por meio das políticas públicas de turismo, institucionaliza essa atividade⁹.

⁹ Para Berger e Luckmann (1966; 2004) a existência humana resulta de formações socioculturais e psicológicas, que refletem uma ordem social, que antecede ao indivíduo, e ao mesmo tempo influenciada e mantida pela própria ação do ser humano, em um processo contínuo. Os autores utilizam a ideia de institucionalização para explicar as causas que levam a *emergência ou a manutenção de uma ordem social*, considerando que a atividade humana, que é apreendida e reproduzida do mesmo modo, com o mesmo esforço, ao longo do tempo, torna-se um padrão, revestido de um caráter significativo para o indivíduo.



Nos anos 1980 teóricos institucionalistas deram um novo impulso ao campo e assentaram as bases para a sua discussão contemporânea. DiMaggio e Powell (1983, p.148) consideraram o processo de definição institucional pela ampliação do grau de interação entre as organizações no campo, pela emergência de estruturas de dominação e padrões de coalização e por um maior conhecimento mútuo entre os participantes envolvidos no mesmo empreendimento.

Scott (1995), por exemplo, sistematizou as diversas abordagens, de acordo com a ênfase em regulamentos normativos, regulativos e cognitivos. A vertente que se enquadra sob o pilar regulativo tem como base de legitimação as normas, leis e sanções. Já sob o pilar normativo a legitimidade advém dos valores e expectativas de grupo. Finalmente, no pilar cognitivo, um conjunto de conhecimentos compartilhados legitima a institucionalização.

Apesar do muito que se tem discutido sobre as políticas públicas em geral (Souza, 2006; Faria, 2003, 2005; Melo, 1996; Paiva, 2010), apenas recentemente a política de turismo vem ganhando destaque e sendo estudada e avaliada de forma sistemática e intermitente.

Estudos na área do turismo com base nos pressupostos da teoria institucional ainda são recentes e incipientes (Song, Dwyer, Li & Cao, 2012; Lavandoski, Albino Silva & Vargas-Sánchez, 2014; Pimentel, 2014a, 2014b; Carvalho, 2015; Cintra, Amâncio-Vieira & Costa, 2016; Falaster, Zanin & Guerrazzi, 2017; Endres & Matias, 2018), sendo ainda mais escassos quando se especifica o tipo de vertente da teoria institucional, por exemplo, o institucionalismo histórico (Endres & Matias, 2018; Estol, Camilleri & Font, 2018; Falaster, Zanin & Guerrazzi, 2017; Carvalho, 2015) e, sobretudo, quando aplicado ao tema da pesquisa em turismo (Falaster, Zanin & Guerrazzi, 2017; Pimentel, 2016b; Pimentel, Carvalho & Bifano-Oliveira, 2017; Pimentel, Carvalho & Pimentel, 2017; Pimentel, Carvalho & Oliveira, 2018). (Pimentel et al, 2019, p. 18).

Alguns trabalhos, tanto no plano internacional como nacional, contribuem para os estudos em que a teoria institucional é usada no turismo, seja no âmbito teórico ou empírico (Quadro 1).

Quadro 1 – Síntese dos estudos recentes sobre teoria institucional no turismo.

Autores	Contexto	Nível	Tipo de estudo	Contribuições
Lavandoski, Albino Silva e Vargas-Sánchez (2014)	Mundial	Internacional	Teórico (revisão)	Analizam o turismo no tocante a estudos sobre: meio ambiente, empreendedorismo, inovação, tecnologia, responsabilidade social, arranjos institucionais, governança, políticas públicas e confiança política, sendo que frequentemente o foco recai sobre a articulação entre diversos <i>stakeholders</i> de um contexto específico.
Song <i>et al.</i> (2012),	Mundial	Internacional	-	Propõem a ampliação da adoção da perspectiva institucional em estudos sobre economia do turismo com o objetivo de estender as fronteiras de conhecimento existentes sobre o tema.
Carvalho (2015)	Brasil	Nacional	Teórico-empírico	Observa a conjuntura de formação da agenda pública de turismo nacional (Brasil) com base no institucionalismo



				histórico.
Falaster, Zanin e Guerrazzi (2017)	Brasil	Local	Empírico	Propõem a teoria institucional como marco para a análise da imagem de um destino e sua relação entre os turistas e a população local, fundamentado no institucionalismo sociológico.
Endres e Matias (2018)	Brasil	Local	Empírico	Utilizam o institucionalismo histórico para analisar a trajetória dos principais atores que estão diretamente envolvidos com o desenvolvimento do turismo.
Le et al. (2006)	Vietnam	Nacional	Empírico	analisam os fatores que interferem na adoção ou rejeição de práticas amigáveis ao meio ambiente em organizações hoteleiras.
Wilke e Rodrigues (2013)	-	-	Empírico	Partem da premissa de que as normas e regulamentos criados e consolidados em sociedade perfazem um conjunto de forças institucionais que pressionam as organizações a buscarem legitimidade em seu setor.
García-Cabrera e Durán-Herrera (2014)	-	-	Empírico	Discutem como os efeitos de uma crise econômica estimulam as empresas turísticas a gerar inovação para manter-se competitivas.
Gomes, Vargas-Sánchez e Pessali (2014)	Espanha	Local	Empírico	Analisa a interação do trade turístico, enfatizando os conceitos de empreendedorismo, governança e políticas públicas.
Cintra, Amâncio-Vieira e Costa (2016)	-	-	Empírico	Analisa a configuração do campo organizacional do turismo.
Araújo e Malheiros (2013)	Brasil	Regional	Empírico	Analisa a evolução do desenvolvimento regional (Região Sul do Brasil) utilizando o modelo organizacional do Arranjo Produtivo Local (APL) entre firmas e outras instituições.
Aureli e Baldo (2019)	-	-	Empírico	Analisa o papel das organizações privadas, com foco na administração de <i>Convention Bureaus</i> , com particular atenção na diversidade entre os membros que formam a entidade e a necessidade de informação integrada sobre as ações no âmbito institucional.
Fazito, Scott e Russell (2016)	Brasil	Local	Empírico	Observam o processo de construção social do discurso sobre sustentabilidade em uma reserva biológica.
Silva (2017)	Brasil	Regional	Empírico	Analisa como o poder público, em suas diversas esferas, estabeleceu historicamente estímulos à atividade turística, a partir de uma abordagem econômica e seus reflexos na institucionalização do turismo municipal no Brasil.

Fonte: elaboração própria a partir do material revisado.



A abordagem institucional no estudo do Estado está interessada em questões como a institucionalização de procedimentos e a consolidação das ações governamentais, o efeito das instituições políticas sobre o comportamento dos atores ou o conteúdo das decisões políticas (Arretche, 2007). Entendidas como o que os governos decidem ou não fazer (Dye, 2009), as políticas públicas podem ter seus temas, formatos, objetivos e efeitos diversificados (Pimentel; Pimentel, 2019) não apenas quando comparados os diferentes Estados nacionais, mas conforme variam os papéis assumidos por determinado Estado no transcorrer de sua história (Kliksberg, 1998).

Na esteira desses processos de sistematização e valendo-se de suas contribuições, Pimentel (2011) aplicou o quadro sintético estabelecido por Scott (1995) no estudo do turismo, em âmbito municipal no Brasil, sendo um dos primeiros estudos e que efetivamente dialogaram com a teoria institucional neste setor. Baseando-se na concepção de institucionalização de Berger e Luckmann (2004): “o processo pelo qual as ações se repetem ao longo do tempo e assumem significados¹⁰ similares entre os atores”, a autora desenvolve um protocolo baseado nas categorias a seguir: (a) as características que as constituem, quais sejam: 1. Objetivos; 2. Efeitos esperados; (b) o arranjo institucional de referência, definido por: 3. posição na estrutura organizacional; 4. proponente; e 5. Recursos (Pimentel, 2011; 2014).

Em sua visão este instrumento seria útil na captação de elementos do processo de institucionalização relacionados forma os aspectos normativos, dados pela própria institucionalidade do arranjo institucional, por exemplo; regulativos, por via da própria legislação do setor, seus atos normativos e elementos formais; assim como cognitivos, pela construção social e compartilhamento de significados subjacentes aos processos (Pimentel, 2014). Usamos então este quadro conceitual-metodológico para guiar o estudo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter empírico e baseada em dados secundários de fontes oficiais da República Federativa do Equador, em seus três poderes (executivo, legislativo e judiciário), acrescidos de documentos institucionais estratégicos do Ministério de Turismo (políticas, planos e programas de ação). Seu objeto de estudo são os “atos normativos”, em nível federal, da República Federativa do Equador, especificamente relacionados com o setor turismo, sendo aqui estes atos normativos de turismo (ANT) entendidos simplesmente como “políticas públicas” de turismo (PPT).

Para a identificação e coleta dos dados, esta pesquisa recorreu à busca na imprensa oficial daquele país, uma vez que esta seria responsável por comunicar a instituição dos atos normativos e, portanto, ao serem publicados, revestirem-se do status oficial de que se valem. Por imprensa oficial, aqui tomamos os principais meios e canais de comunicação dos três poderes – executivo, legislativo e judiciário – pelos quais, necessariamente, em alguma etapa do processo, seja a jusante ou a montante, percorrem tais atos normativos; no geral, sendo, pelo menos, ao final, arquivados em

¹⁰ Por *significado*, entende-se, como Taylor (1979) *apud* Alencar (1999), um conceito que articula um indivíduo a uma coisa (objeto de significação) que se encontra num contexto. Partindo-se das considerações de Taylor (1979), assume-se que significado refere-se às qualidades que o ator social (individual ou coletivo) percebe nos objetos que compõem a situação em que atua. Sendo assim, pretende-se associar as políticas públicas de turismo a situações nas quais se inserem os atores alvo deste trabalho, de modo a verificar as qualidades/características que estes atores atribuem a tais políticas.



tais registros (ou base dados). Assim, inicialmente tomamos os dados do repositório “Registro Oficial¹¹” da República do Equador, como fonte de base exclusiva da pesquisa, à qual, em um segundo momento, foram agregados para consulta os dados do repositório institucional da “Assembleia Nacional¹²” e do “Ministério do Turismo¹³”, em função da escassez e/ou incompletude dos dados¹⁴ originalmente encontrados no “Registro Oficial¹⁵”.

O estudo cobriu o período dos últimos 30 anos (1990-2020). Foram encontrados um total de 431 documentos que continham a palavra “turismo”, “turístico(a)” e “turis”, nos repositórios oficiais supramencionados. Todos os documentos encontrados foram baixados e salvos no Google Drive (Fase 1). Após essa etapa de busca e coleta dos dados iniciais, passou-se à etapa de classificação e triagem do material, cujo objetivo foi verificar inconsistências, eliminar redundâncias e produzir o refinamento da amostra (Fase 2), alcançando assim a sua forma final. Para a execução desta fase, procedeu-se primeiramente à contagem dos documentos, sendo feita uma revisão de todos eles, individualmente, para verificar se eles realmente eram de turismo.

Dessa forma os documentos foram classificados em quatro grupos diferentes: a) ANT (atos normativos de turismo) que mencionam o termo de busca e versam especificamente sobre o tema turismo, b) ANT que mencionam o termo de busca, mas que não possuem conteúdo específico de turismo, c) ANT de outros níveis “Municipal e/ou Estatal” fora do escopo da pesquisa, e, por fim d) ANT repetidos. Após a triagem dos documentos (Fase 2), foi feita a consolidação da amostra final da análise (Fase 3), cujo corpus reuniu apenas os documentos atinentes ao escopo do estudo. Do total de 431 (100%) documentos originalmente identificados, 122 (28,3%) documentos não tratavam especificamente da temática de turismo (embora mencionassem essa palavra em alguma parte de seu texto), 85 (19,7%) documentos referiam-se a ANT em nível municipal e/ou estadual, 1 (0,23%) documento era repetido¹⁶ e 223 (51,7%) realmente eram de turismo, sendo essa a nossa amostra final.

Quadro 2 - Quantidade de registros de acordo com a fonte.

Fonte/Repositório Descrição	Registro Oficial*	Assembleia Nacional	Ministério do turismo	Subtotal
Período	2001- 2020	2009 a 2018	1989 a 2017	1989 a 2020
Total de Atos normativos/AN	9307	147	59	9.513
Total de Atos normativos/AN com critério de busca “turismo”	344	28	59	431
Total de Atos normativos/AN “Não é Turismo”	113	8	1	122

¹¹ Este repositório seria o equivalente ao Diário Oficial da União (DOU), no Brasil, sendo responsável pela publicação de todos os atos normativos constitucionais do país.

¹² <https://www.asambleanacional.gob.ec/es/leyes-aprobadas?leyes-aprobadas=All&title=&fecha=&page=9>

¹³ <https://www.turismo.gob.ec/biblioteca/>

¹⁴ Devido à dificuldade de encontrar atos normativos no site da Corte Constitucional e da Assembleia Nacional, se recorreu ao Ministério do Turismo.

¹⁵ <https://www.registroficial.gob.ec/index.php/registro-oficial-web/publicaciones/buscador.html?searchword=turismo&searchphrase=all>

¹⁶ Essas 3 categorias iniciais rejeitadas e arquivadas por fugirem ao escopo original da pesquisa.



Total de Atos normativos/AN municipal e/ou estadual	85	-	-	85
Total de Atos normativos/AN Repetido	1	-	-	1
Total de Atos normativos/AN com conteúdo real de turismo "É Turismo" (amostra)	145	20	58	223

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Registro Oficial, da Assembleia Nacional e do Ministério do Turismo da República do Equador.

Após a identificação e quantificação dos atos normativos em nível federal no Equador de 1989 a 2020, passamos para a Fase 4, que foi organizar, classificar e analisar cada ato normativo segundo o método de análise organizacional de PPT utilizado por Pimentel (2014). O roteiro abaixo sintetiza a sistematização proposta (Pimentel, 2014, p. 274):

1. Identificar as principais políticas públicas de turismo;
2. Analisar alguns meios utilizados pelos governos para institucionalização das políticas públicas de turismo. Para isso buscou-se:
 - a. o arranjo institucional pelo qual se delineiam as políticas de turismo, definido por: i) posição na estrutura organizacional; ii) proponente; iii) investimentos.
 - b. as características constituintes, quais sejam: i) objetivos; ii) efeitos esperados.
3. De posse de tal análise, reconstituir a agenda das políticas públicas de turismo, buscando agrupar as políticas públicas em períodos com características distintivas, definindo-se um princípio organizador e os efeitos esperados em cada período.

Após o levantamento, classificação e agrupamento dos dados, procedeu-se, especificamente, ao uso da análise de conteúdo como método de análise e tratamento dos dados coletados sobre Políticas Públicas de Turismo/PPTur no Equador para rastrear os sentidos de como se constituíram os discursos legitimadores e propulsores dessas políticas a partir de 1989.

RESULTADOS E ANÁLISE

CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO DO EQUADOR

Descrever o processo histórico das políticas públicas de turismo no Equador ajuda a analisar os condicionantes estruturais e conjunturais em torno da atividade turística, bem como no entendimento de quando e como ela se torna importante para os organismos públicos. Visa-se aqui especificamente descrever as atuais políticas governamentais em nível nacional verificando o papel dos organismos públicos em relação ao turismo (Quadro 1).

Quadro 3 – Síntese da evolução do aparato estatal, políticas e mecanismos relacionados com o turismo no Equador, de 1930-2020.

Período	Principais características
Década 1930	<ul style="list-style-type: none">▪ Governo de Insidro Ayara Equador passa a ter real interesse em desenvolver o turismo;▪ Promulgadas regulamentações para facilitar a entrada de viajantes no país;▪ Promoção do turismo nas embaixadas e consulados;▪ Primeiros esforços para proteger a Reserva das Ilhas Galápagos (1934 a 1936);▪ Governo do general Alberto Henríquez Gallo se cria a “Lei do Turismo”, que se baseava na emissão do cartão de turista como documento para entrar e circular no país;▪ Concedidos benefícios a quem construísse novos hotéis e pousadas.
Década de 1940	<ul style="list-style-type: none">▪ Maior impulso para o sector do turismo, teve crescimento da aviação e dos serviços das agências de viagens;▪ Primeira companhia aérea doméstica SEDTA (Servicios Ecuatorianos de Transportación Aérea) começou a operar em 1940, cessou as operações um ano mais tarde devido à Segunda Guerra Mundial;▪ A companhia de aviação pan-americana Grace Airways Panagra, em 1941, oferecia rotas para várias cidades;▪ Em 1947 criou-se a primeira agência de viagens do país (<i>Ecuadorian Tours</i>), com pacotes para visitar diferentes atracções turísticas no país;▪ Na segunda presidência de Valasco Ibarra (1944), a Dirección de Turismo del Estado (DITURIS) foi institucionalizada sob a tutela do Ministério da Economia. O objetivo da criação desta instituição era promover os recursos turísticos do país, porém não foram muito bem sucedidos devido à falta de recursos e de fornecedores de serviços.
Década de 1950 Ênfase no Turismo internacional – operação turística privada e o Estado assume a responsabilidade de promoção e infraestrutura.	<ul style="list-style-type: none">▪ Em 1950, o governo Plaza tinha como objetivo impulsionar o turismo do país no quadro das políticas de modernização, para tanto o turismo internacional foi visto como um instrumento para o desenvolvimento do país em um processo conhecido como a “missão cultural indígena”;▪ Se promove infraestrutura hoteleira básica em Quito, capital do Equador, e é criada uma agência privada de turismo Metropolitan Touring;▪ Os destinos promovidos são: Galápagos e Otavalo (Pietros, 2011);▪ Quito consolidou sua posição como o centro turístico mais importante do país através da criação do aeroporto internacional, da Auto-Estrada Pan-Americana e da presença de atracções em zonas próximas como Santo Domingo de los Colorados, Otavalo, Centro Histórico de Quito e Meio do Mundo (PLANDETUR, 2007);▪ Em 1956, a agência Turismundial foi criada;▪ O governo promoveu oficialmente o turismo nos Estados Unidos;▪ Em 1957, foi criada a companhia aérea Ecuatoriana de Aviación.
Década de 1960	<ul style="list-style-type: none">▪ Vários Parques e Reservas Nacionais foram criados com o objetivo de conservar a grande diversidade de flora e fauna do país;▪ Em 1964, a companhia aérea TAME iniciou as suas operações. Durante a ditadura militar (1964), foi criada a Corporación Ecuatoriana de Turismo (CETURISMO), mas não teve muitos resultados, pois foi o sector privado que geriu a promoção turística do país (Caiza; Molina, 2012).
Década de 1970	<ul style="list-style-type: none">▪ O país dedicou-se à exploração petrolífera.
Década de 1980 Turismo comunitário	<ul style="list-style-type: none">▪ Apareceram novos prestadores de serviços, aumentando o número de chegadas internacionais.▪ Surgem várias iniciativas comunitárias convertendo o país em pioneiro do turismo comunitário na América Latina (Saant; Caires, 2017).▪ Criação da Federación Plurinacional de Turismo Comunitario del Ecuador (FEPTCE).
Década de 1990 Institucionalização	<ul style="list-style-type: none">▪ Durante o governo do Presidente Sixto Durán Babén, com o objetivo de reforçar o sistema turístico através de instituições e políticas, foi criado em



do turismo	<p>1992 o Ministério da Informação e Turismo do Equador;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Em 1998, o Presidente Jamil Mahuad fundiu o Ministério do Turismo e a Corporação de Turismo do Equador numa única entidade.▪ Em 1999 se cria o Plan de Competitividad Turística;▪ Em 1999 e 2000, o Ministério do Turismo foi fundido com outros ministérios (Caiza & Molina, 2012).
Década de 2000 Institucionalização e fortalecimento do turismo	<ul style="list-style-type: none">▪ Em 2000, sob a presidência de Gustavo Noboa Bejariano, o turismo é declarado como eixo central das políticas de Estado (Ordóñez, 2001);▪ O Ministério do Turismo tornou-se uma instituição com total independência jurídica, financeira e administrativa (Caiza & Molina, 2012);▪ Em 2001, foram estabelecidas políticas estatais para o sector, e o Governo Nacional declarou o desenvolvimento do turismo como uma prioridade nacional. Assim, o MINTUR promove ações para que o turismo se torne o mais importante gerador de divisas da economia nacional (Plano Nacional de Competitividad Turística, 2012).▪ Em 2002, foi criada a Lei Orgânica do Turismo, que regula o sector do turismo.▪ Em 2007, foi criado o Plano Estratégico para o Turismo Sustentável no Equador (PLANDETUR, 2020), e o turismo sustentável tornou-se um elemento fundamental na agenda do país.▪ O PLANDETUR (2020) é liderado pelo Ministério do Turismo (MINTUR) e tem por objetivo coordenar ações públicas, privadas e comunitárias para o desenvolvimento do turismo, visando a equidade, a redução da pobreza, a competitividade, a descentralização e a sustentabilidade, promovendo o desenvolvimento económico e social do país (MINTUR, 2007).▪ No período de 2008-2011 todos os atores, desde pequenos comerciantes a grandes empresas, tiveram uma forte presença na tomada de decisões de importância transcendental (Caiza & Molina, 2012).▪ Em 2008, o Governo do Equador, no primeiro mandato do Presidente Rafael Correa (2008-2011), declarou o Turismo como uma Política de Estado (Caiza & Molina, 2012). Desta forma, vários planos foram introduzidos na agenda do governo para fazer do turismo um dos sectores estratégicos que contribuem para a mudança da matriz produtiva.▪ Em 2009 foi publicado o Plano Integral de Marketing Turístico para o Equador (PIMTE, 2014).▪ Com a reforma da Constituição em 2008, iniciou-se um processo de descentralização para os Governos Autónomos Descentralizados (Regional, Provincial e Paroquial) (Serrano, 2011).
Década de 2010 - 2020	<ul style="list-style-type: none">▪ A marca do país foi mudada em 2010 para “Equador, ama a vida”.▪ Se cria o Plano Integral de Marketing Turístico para o Equador (PIMTE, 2010-2014).▪ No segundo mandato de Rafael Correa (2012-2015), foi feita uma análise do funcionamento das políticas governamentais a nível nacional, provincial e cantonal, com ênfase nas políticas de desenvolvimento turístico a nível cantonal, a fim de compreender melhor como são aplicadas e que atores estão presentes neste processo.▪ A Política Nacional de Desenvolvimento do Equador chama-se Plano Buen Vivir, que se concentra em delinear as diretrizes de desenvolvimento socioeconómico do país para o período 2013-2017, onde o turismo um setor estratégico para impulsionar a transformação da matriz produtiva (SENPLADES, 2013);▪ De acordo com Renato Cevallos¹⁷, coordenador de formação turística do Ministério do Turismo, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Equador 2020 (PLANDETUR, 2020) está em desuso

¹⁷ Entrevista com Renato Cevallos, coordenador de formação do Ministério do Turismo, a 28 de Julho de 2015. O objetivo da entrevista era descobrir quais são as políticas de turismo a nível nacional e se estão relacionadas com o resto dos intervenientes do turismo a nível provincial e cantonal.



	<p>desde 2014. Em vez do PLANDETUR 2020, foram criados alguns projetos e programas para o período 2014-2017. Estes Planos do MINTUR (2014-2017) têm cinco pilares básicos: Segurança, Destinos e Produtos, Qualidade, Conectividade e Promoção.</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Em 2017, no governo de Lenín Moreno Garcés, o turismo é um eixo central de desenvolvimento;▪ Em 2017 se cria a Política Nacional de Turismo, que tem por objetivo converter Equador em uma potência turística (MINTUR, 2019).
--	--

Fonte: Fonte: elaboração própria a partir da bibliografia revisada (SERRANO, 2011; PIETROS, 2011; CAIZA; MOLINA, 2012; SAANT; CAIRES, 2017).

Assim, ao longo do último século, assistiu-se ao crescimento e multiplicação de ações do Estado Equatoriano em relação às políticas públicas de turismo, sendo que o conjunto de estruturas e mecanismos criados ao longo do tempo constituem hoje um aparato institucional representado pelo Ministério de Turismo, que a partir de 2000 iniciou um processo de descentralização, com planos periódicos nacionais, programas e projetos, que se realizam de forma descentralizada, por meio da articulação e participação com envolvendo governos locais e outras entidades para promover o desenvolvimento e a autogestão (Carrión; 2003; Serrano, 2011). As políticas a nível provincial e cantonal devem ser articuladas com as políticas a nível nacional, ou seja, com as políticas elaboradas pelo Ministério do Turismo. Por conseguinte, os organismos públicos descentralizados, provinciais e cantonais não têm à sua disposição as políticas nacionais de turismo mais atuais para desenvolver as suas próprias políticas e projetos baseados nas diretrizes da política nacional de turismo (Cevallos, 2015).

A partir dos anos 2000 o turismo tem sido incorporado como eixo estratégico para o desenvolvimento econômico no Equador em função da sua capacidade de melhorar o ingresso de divisas, diminuir o déficit fiscal, além de gerar novos empregos (Ordóñez, 2001). Dessa forma o turismo ganha centralidade nas políticas de Estado (Mintur, 2019), que o reconhece como setor de importância, dando ênfase de maneira particular, ao turismo comunitário (Saant; Caires, 2017; Bravo et al., 2021). O país busca desenvolver o turismo de maneira sustentável, pois reconhece que a sustentabilidade vai más além do tema ambiental, e também está relacionado com a equidade social y de gênero, com a participação cidadã e local, com ênfase na descentralização (Ordóñez, 2001; Senplades, 2013; Ramos, 2016).

O turismo adquiriu prioridade na matriz produtiva do país, a partir do fundamento de que a economia equatoriana está basicamente dedicada na extração de recursos naturais, é intensiva em bens primários e em manufatura baseada em recursos, não gerando grandes retornos, e o turismo é uma atividade importante no incremento da produção (SENPLADES, 2013). Segundo o MINTUR (2019) o turismo nos últimos 6 anos tem tido um crescimento médio de 5%, em 2018 a contribuição direta do turismo no PIB do Equador foi de 2.8%, e a contribuição total foi de 6%, inclusive em um estudo da Cepal (2020), em 2019 o turismo representou por volta de 10% nas exportações de bens e serviços do país.

O principal instrumento normativo e reitor das políticas públicas de turismo no Equador, em curso atualmente, é seu plano nacional de turismo, que têm como proposta geral o desenvolvimento integral da sociedade, gerando qualidade de vida para a sua população, enfatizando a felicidade, diversidade cultural e ambiental, harmonia, igualdade, equidade e solidariedade¹⁸. Dentre seus objetivos, está a promoção da

¹⁸ A fim de cumprir as suas propostas, o plano refere-se aos seguintes objetivos: (1) Consolidar o estado democrático e a construção do poder popular, (2) Patrocinar a igualdade, coesão, inclusão e equidade



transformação da matriz produtiva, sendo que nela, o turismo é incorporado como a atividade mais importante no processo de mudança¹⁹. Especificamente, em relação ao Objetivo 10: Promover a transformação da matriz produtiva, propõe-se promover a transformação das estruturas de produção com o objetivo de promover a substituição das importações e a diversificação produtiva. Deste modo, este objetivo visa encorajar “a produção nacional, a produtividade sistêmica e a competitividade, a acumulação de conhecimentos, a inserção estratégica na economia global e a produção complementar na integração regional” (SENPLADES, 2013, p.292).

Este objetivo menciona as sinergias que devem existir entre igualdade social e dinâmica econômica, e propõe a criação de novas indústrias e novos sectores; a promoção do investimento público, dos contratos públicos e a promoção do investimento privado; a promoção da substituição de importações, desagregação e transferência de tecnologia, do conhecimento endógeno e a atribuição de prioridade à produção nacional diversificada.

Nesta proposta para o socialismo de Buen Vivir, de acordo com o plano, o objetivo é conseguir a transição - de um país neoliberal para um país socialista - o que significa também uma mudança nas relações de produção e na mentalidade dos cidadãos. Procura, portanto, um crescimento equilibrado e sustentável em contraste com as tendências neoliberais que procuram a opulência e o crescimento econômico infinito. Neste sentido, propõe um estado de regulação e planejamento que dá prioridade à distribuição de recursos e onde o interesse do povo é a ordem suprema. Por outro lado, o plano refere-se à modificação das relações de poder, ou seja, "a transformação do Estado exprime-se na distribuição adequada do poder através de processos de descentralização que, por sua vez, fazem parte da democratização" (SENPLADES, 2013, p.17). Outro aspecto relevante é a ênfase dada à democratização e à participação dos cidadãos no cumprimento dos objetivos propostos, onde tal participação é de grande relevância para a construção do país.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO/PPTUR NO EQUADOR

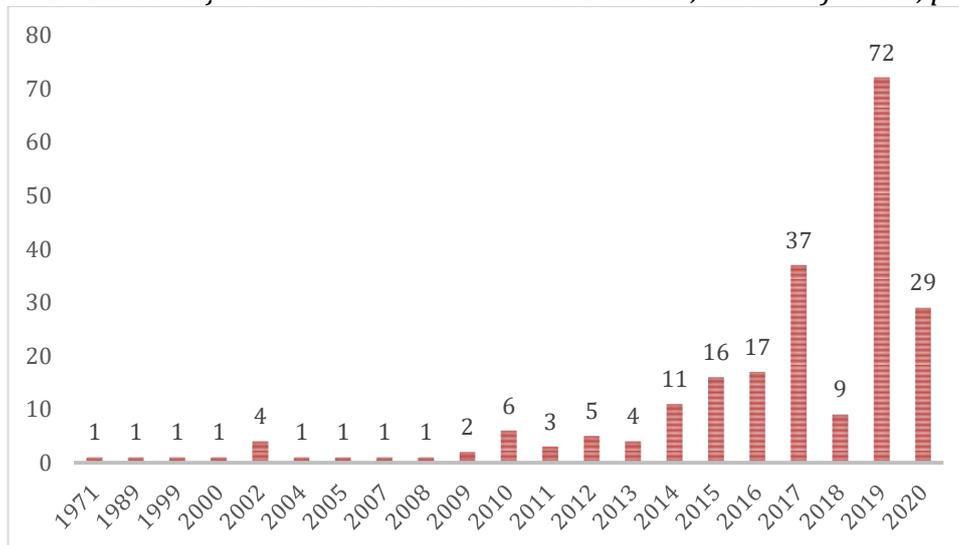
Quando se verifica a distribuição temporal dos ANT no Equador (Gráfico 1), observa-se a imensa maioria (93,72%) destes NA concentrados no período recente, da década de 2010 a 2020, com destaque para os anos de 2019, 2017 e 2020, respectivamente com 32,28%, 16,59% e 13,0%. Isto confirma que há um processo em curso de acentuação da importância relativa da atividade turística por parte do Estado,

social e territorial, na diversidade, (3) Melhorar a qualidade de vida da população, (4) Reforçar as capacidades e potencialidades da cidadania, (5) Construir espaços de encontro comuns e reforçar a identidade nacional, identidades diversas, plurinacionalidade e interculturalidade, (6) Consolidar a transformação da justiça e reforçar a segurança integral, (7) Garantir os direitos da natureza e promover a sustentabilidade territorial e global, (8) Consolidar o sistema econômico social e solidário de forma sustentável, (9) Garantir o trabalho digno em todas as suas formas, (10) Promover a transformação da matriz produtiva, (11) Assegurar a soberania e eficiência dos sectores estratégicos para a transformação industrial e tecnológica, (12) Garantir a soberania e a paz, aprofundar a inserção estratégica no mundo e a integração latino-americana.

¹⁹ Conforme ressalta Oliveira (2016: 121) “estas propostas baseiam-se no fato da economia equatoriana se dedicar basicamente à extração de recursos naturais, ou seja, é intensiva em bens primários e na produção baseada em recursos, e não gera grandes retornos. Neste sentido, o turismo é uma atividade prioritária na matriz produtiva do país, ou seja, é uma atividade importante para o aumento da produção. Espera-se que aumente de 57,1% para 64,0% as receitas do turismo sobre o total das importações de serviços (SENPLADES, 2013).

como anteriormente identificado como a estratégia de mudança na matriz produtiva do país (SEPLANDES, 2013). Além disso, sugere uma continuidade de políticas públicas devida à relativa estabilidade e manutenção de certa regularidade, particularmente verificada a partir de 2014 e estendendo-se pelo período de 2014 a 2020.

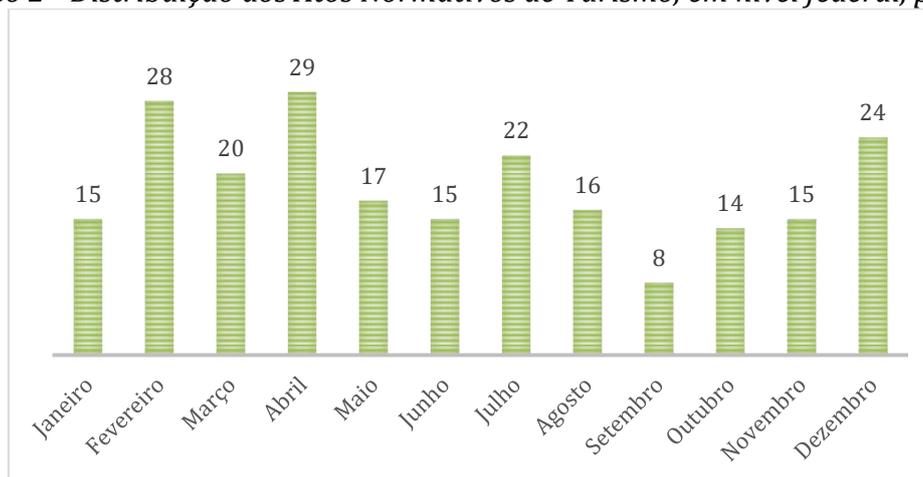
Gráfico 1 - Distribuição dos Atos Normativos de Turismo, em nível federal, por ano.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Fazendo uma análise dos meses em que foram publicados os atos normativos, vemos que fevereiro, março, abril, julho e dezembro, são os meses que tiveram uma maior frequência, ou seja, em períodos do começo e do fim no ano, o que pode sugerir a coincidência com começos de legislatura e fim de anos fiscais, e período limite para o empenho de recursos, respectivamente (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Distribuição dos Atos Normativos de Turismo, em nível federal, por ano.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Dos 223 atos normativos analisados: 84 são Acordos, 18 são Acordos Interministeriais, 38 são Acordos Ministeriais, 16 são classificadas como Decreto, 4 como Decretos Executivo, 1 como Decreto Supremo, 28 são Leis, 33 são Resoluções, e 1 é Instrumento Internacional (Quadro 4).

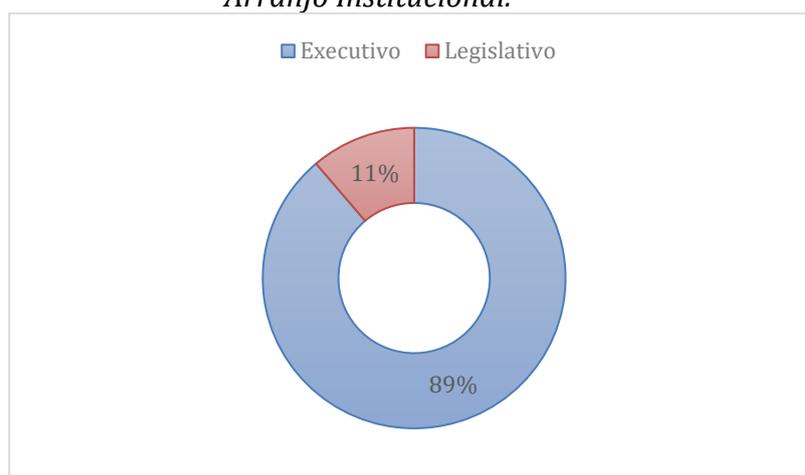
Quadro 4 – Tipos de Atos normativos de acordo com o tipo de órgão.

Agrupamento / Tipo de Órgão	Tipos de Atos Normativos	Total	%
Atos Normativos do Poder Executivo, em nível federal	Decreto Executivo	4	1,79
	Decreto Supremo	1	0,44
	Decreto	16	7,17
	Acordo Ministerial	38	17,04
	Acordo Interministerial	18	8,07
	Acordo	84	37,66
	Lei	3	1,22
	Resoluções	33	14,79
	Instrumento Internacional	1	0,44
Atos Normativos do Poder Legislativo, em nível federal	Lei	28	12,55
Atos Normativos do Poder Judiciário, em nível federal	Não encontrados	0	0
Subtotal de Atos Normativos		223	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Quanto ao arranjo institucional (Quadro 3), os ANT perpetrados pelo executivo representam 87,45% do total, seguidos pelos ANT do legislativo com 12,55%. Não foram identificados ANT relativos ao poder judiciário. Tal diferença é, de certo modo, esperada, uma vez que cabe ao executivo implementar as ações do Estado, dando, para isto, vazão às suas demandas por meio de atos normativos de diferentes tipos e finalidades. Por outro lado, o desempenho relativo inferior do poder legislativo sugere a menor participação deste poder na regulamentação deste setor, o que pode se dar em decorrência de uma eventual “maior” liberdade econômica dos agentes para exploração do setor ou então uma não “percepção” e assimilação, por parte deste poder, da importância econômica e social do turismo no país.

Gráfico 3 – Distribuição dos Atos Normativos de Turismo, em nível federal, por ano Arranjo Institucional.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Além do destaque em termos de sua importância relativa, aos ANT do executivo (Gráfico 4), observa-se uma distribuição assimétrica entre seus tipos. Enquanto 21,97% referem-se ANT primários, isto é, universalmente vinculantes, a ampla maioria (79,03%) são atos normativos (AN) secundários e administrativos da administração pública, como

é o caso dos acordos e resoluções. Isto sugere que as medidas tomadas pelo Estado têm, majoritariamente, carácter ordenador, instrutivo e disciplinador, colocando condições cuja força de cumprimento é menos restritiva e mais discricionária por parte dos agentes.

Gráfico 4 - Distribuição dos Atos Normativos de Turismo, em nível federal, por tipo.

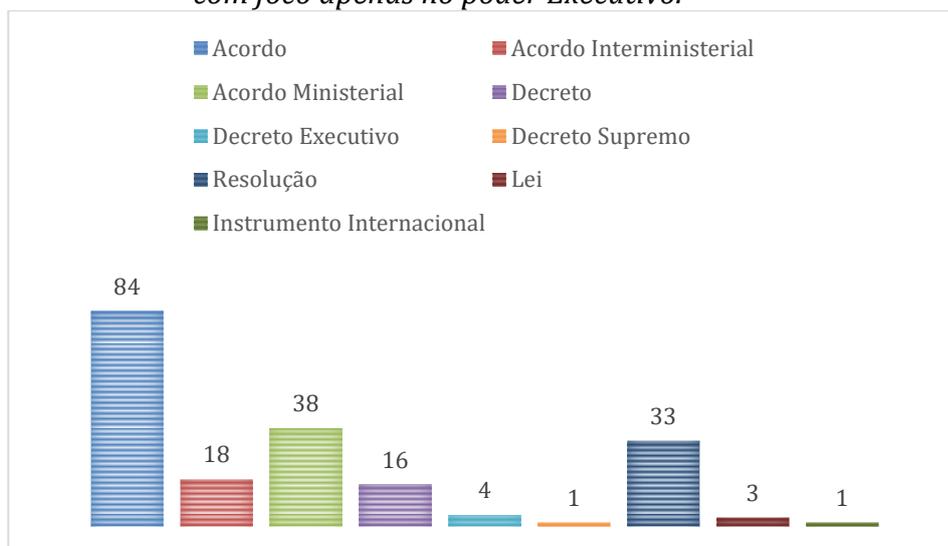


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Outra questão importante refere-se a preponderância específica dos acordos enquanto modalidade de ANT mais frequentemente usada (37,66%), o que é ainda mais elevado se considerarmos a modalidade de acordos ministeriais e interministeriais, totalizando (62,77%), nesses 3 tipos, o tipo de ANT mais usado. Em seguida encontram-se as resoluções (14,79%) e apenas em terceiro lugar as leis (12,55%). Ao se analisar, qualitativamente os acordos, verifica-se, por exemplo, que são instrumentos usados, mormente, de duas formas: a) uma no que tange a celebração de parcerias em potencial ou um passo inicial em relação a cooperação com outro país em um tema específico; ou b) entre os órgãos e ministérios da própria administração pública nacional com o fim de uniformizar e parametrizar matérias, ou ainda regular a realização de ações conjuntas.

Dos 223 atos normativos analisados 89% (total 198 atos) são do Executivo, e 11% (total 25) são do Legislativo. Das 198 políticas elaboradas pelo Executivo: 84 são Acordos, 18 são Acordos Interministeriais, 38 são Acordos Ministeriais, 16 são classificadas como Decreto, 4 como Decretos Executivo, 1 como Decreto Supremo, 3 são Leis elaboradas pelo Executivo, 33 são Resoluções e 1 Instrumento Internacional (Gráfico 5).

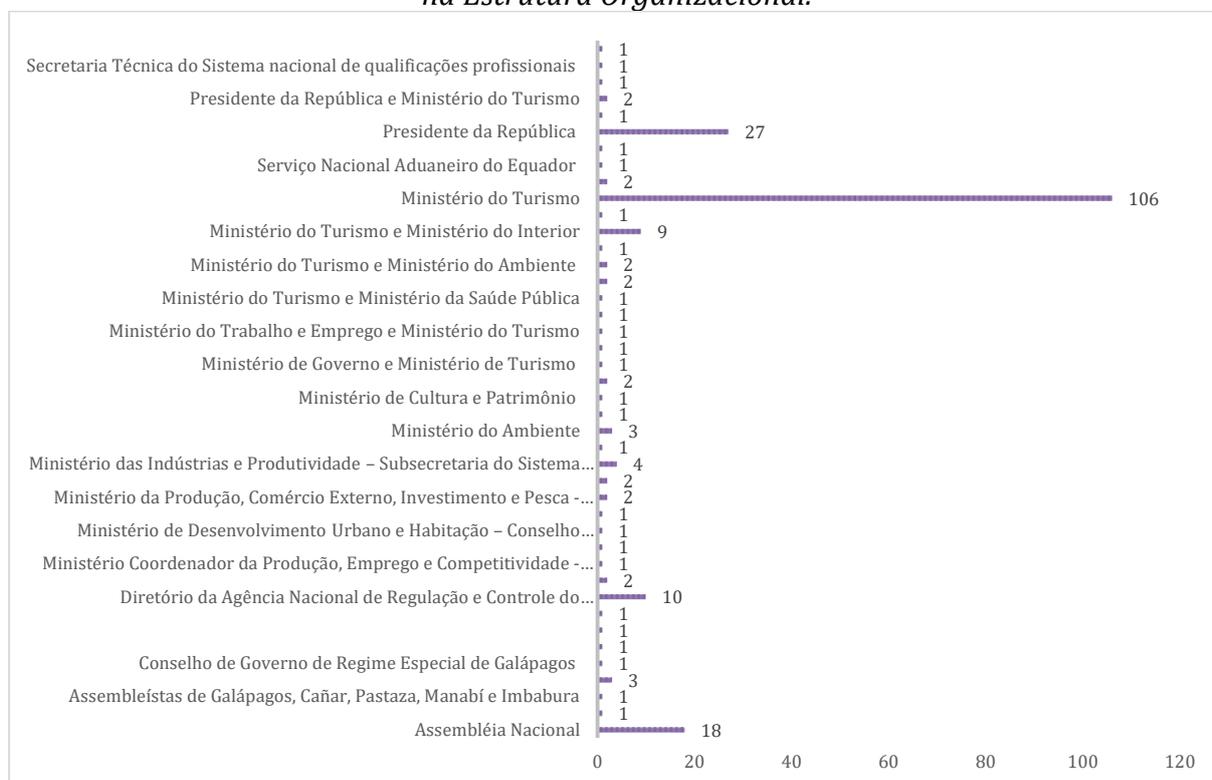
Gráfico 5 - Distribuição dos Atos Normativos de Turismo, em nível federal, por tipo, com foco apenas no poder Executivo.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Quando se analisa apenas os ANT do executivo verifica-se que a maioria dos atos normativos foram elaborados pelo Ministério do turismo com um total de 106 documentos. Em seguida, a Presidência da República tem um total de 16 atos normativos, seguido pela Assembleia Nacional com um total de 14 atos, e pelo Diretório da Agência Nacional de Regulação e Controle do Transporte Terrestre, Trânsito e Segurança Rodoviária com um total de 10 atos. Os demais órgãos apresentam menores atos normativos como se pode visualizar no gráfico 6.

Gráfico 6 – Distribuição dos Atos Normativos de Turismo, em nível federal, pela sua posição na Estrutura Organizacional.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Dos 223 atos normativos analisados identificamos que 59 tinham por objetivo a “Criação e aprovação de normas e regulamentos”, seguido por 49 atos com o objetivo de “Delegação de funções e responsabilidades”, e 28 com o objetivo de “Regulamentação de atividades comerciais relacionadas ao turismo” (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Distribuição dos Atos Normativos de Turismo, em nível federal, em função de seus Objetivos.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

De todos os atos normativos analisados, nenhum deles apresentou nenhum tipo de recurso. Dos 223 atos, 120 não especificaram se a política proposta teria algum ônus, e 7 nos indicaram que o ato normativo geraria uma receita (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Distribuição dos Atos Normativos de Turismo, em nível federal, em função dos Recursos empenhados para sua execução.

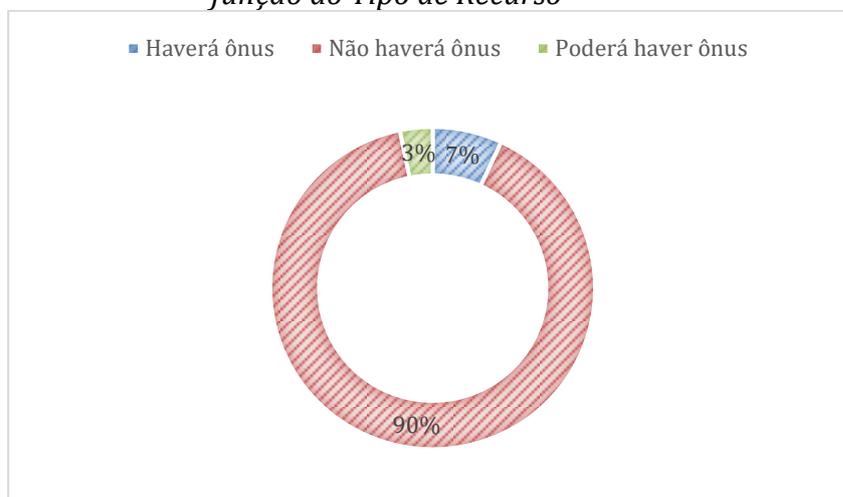


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa

Com o objetivo de aprofundar naqueles atos normativos em que o recurso não foi especificado, analisamos a partir do seu objetivo se esse recurso estava omissivo. Dessa forma geramos outras três categorias: “não haverá ônus” no caso de que o ato normativo era referente a uma norma, ou regulação e realmente não gera nenhum tipo de ônus; “haverá ônus” no caso em que indicasse por exemplo a necessidade de viagem de algum

representante público, porém o ônus estava omissivo, e “poderá haver ônus” naqueles casos em que o ato normativo proposto indicasse algum tipo de gasto.

Gráfico 9 – Distribuição dos Atos Normativos de Turismo, em nível federal, em função do Tipo de Recurso



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Esse aprofundamento nos permitiu chegar ao resultado de que dos 216 atos normativos em que não foi especificado o recurso, 194 atos normativos realmente não haveria ônus ao se tratar de criação de normas, reformas de leis, estatutos, delegação de funções, etc.; em 15 atos normativos identificamos que sua implementação geraria algum tipo de ônus (haverá ônus) com salário, pesquisa, realização de eventos, obras públicas, etc. salário, viagem, exoneração de taxa turística, exoneração de tarifa, e exoneração de impostos; e 7 atos normativos identificamos que poderá haver ônus, como uma política redistributiva, estudo de viabilidade, controle rodoviário, etc. (Gráfico 9).

DISCUSSÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E ANÁLISE GEOPOLÍTICA

Que dados mostram em termos de análise geopolítica? A geopolítica, em termos clássicos, trata da conduta estratégica do Estado com o objetivo de alcançar uma melhor posição no cenário internacional. No Equador, podemos testemunhar um processo contínuo de ação geopolítica em termos de turismo, devido à sua recorrência e estabilidade ao longo dos anos e especialmente no século atual.

Antes de mais, identificamos que o número de atos normativos aumentou mais de 200% nas últimas 2 décadas (após 2.000). Este é um indicador que - aliado a outras observações (Eddy, 2017) - nos mostra que existe uma conduta do Estado em termos de considerar o turismo como uma estratégia nacional, a fim de fazer uma mudança na estrutura produtiva da economia, colocando o turismo como um dos principais sectores a ser fomentado.

O segundo ponto é que o Ministério do Turismo, como principal ator que realiza os atos normativos, confirma a corrente clássica dos estudos geopolíticos em que os atores do Estado são determinantes para fazer avançar as questões geopolíticas. Além disso, quando analisamos o conteúdo dos documentos - por exemplo, constituição federal, plano nacional de turismo, plano mestre nacional *Buen Vivir*, entre outros - confirmamos que o turismo é perseguido como uma estratégia para gerar rendimentos e



empregos. Assim, "vender o país" no mercado internacional do turismo é uma estratégia para aumentar o PIB nacional na economia e ocupar um grande número de pessoas. Mesmo quando se consideram os acordos feitos pelo legislativo, ainda se pode ver que são realizadas diferentes ações com vista a envolver nações (externamente) e sectores (internamente) com o objetivo de criar condições fáceis para gerir o negócio turístico.

Contudo, se o número de atos sobre turismo e a sua legislação (cf. ordenanças) aumentado drasticamente; por outro lado, não podemos afirmar que exista viabilidade exequibilidade. Isso porque os recursos relacionados com a implementação dessas políticas não são especificados ou mesmo não existem, o que faz com que a condição adequada da sua execução não esteja assegurada.

Neste ponto, chegámos a uma situação paradoxal, típica dos países em desenvolvimento, onde se espera que o fluxo turístico – especialmente o internacional – aumente, mas as ações operacionais necessárias (mais do que legislação, programas e planos, com seus respectivos recursos atrelados) para realizar a atividade não são tomadas pelo Estado.

Assim, esta estratégia de desenvolvimento nacional pode ser seriamente ameaçada num duplo sentido: por um lado, o turismo é uma atividade menos rentável em termos de valor agregado do que outras indústrias e a excessiva dependência dele – por exemplo, colocando em segundo plano outros setores estratégicos ou ainda a dependência excessiva em um sentido monopolista – pode representar uma espécie de *plantation economy* (Hall, 1994) e um regresso à (ou apenas atualização da) era colonial. Por outro lado, é muito necessário que o Estado Nacional seja capaz de assegurar os recursos – econômicos e materiais – necessários para o desempenho da atividade, dentro do próprio sector do turismo. Caso contrário, pode tornar-se apenas mais uma tarefa incompleta e perder mais um passaporte para o desenvolvimento (De Kadt, 1984).

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo mapear a trajetória institucional das políticas públicas de turismo no Equador, nos últimos 30 anos (1990-2020), buscando evidenciar como esse “tema” adquire um status de interesse público.

A partir da análise dos atos normativos ao longo do tempo identificamos que os atos normativos de turismo tiveram um maior crescimento nas últimas duas décadas, justamente quando o turismo é incorporado como eixo estratégico para o desenvolvimento econômico nacional. A maioria dos ANT são genéricos, trata-se de acordos e não fornecem recursos para a sua implementação, o que sugere que não há uma implementação direta da questão.

Em relação aos atores, a maioria dos envolvidos são do poder executivo (presidência, MINTUR, e outros ministérios). O Ministério do Turismo, é o principal ator responsável por aproximadamente 47% das ações. Por outro lado, vale notar a participação da Assembleia Nacional (ainda que de forma genérica) na incorporação do tema turismo nos seus discursos.

Dessa maneira, o estudo indica que os ANT procuram alcançar um melhor desempenho das empresas, geração de divisas estrangeiras e emprego. Além disso, os dados confirmam a ideia de que as PPTUR no Equador vêm se tornando um tema de relevância e prioridade para as autoridades públicas no que é relativo à quantidade de ANT que vem sendo publicados ao longo do tempo, porém o que se verifica é que elas



são superficiais em termos de uma aplicação real de iniciativas e ações, dessa forma o tema do desenvolvimento, apesar de aparecer em alguns ANT, é isolado e não se aplica.

Espera-se que este trabalho possa contribuir para futuras pesquisas que visem estudar o planejamento de políticas públicas de turismo e a seu potencial implicação econômica e social.

REFERÊNCIAS

Adu-Ampong, E. Divided we stand: institutional collaboration in tourism planning and development in the Central Region of Ghana. *Current Issues in Tourism*, 20 (3), 295-314, 2017.

Agnew, John (2003[1998]). *Geopolitics: re-visioning world politics*. Taylor & Francis e-Library [Routledge]: London & New York.

Ambrosie, L. M. Myths of tourism institutionalization and Cancún. *Annals of Tourism Research*, 54, 65-83, 2015.

Araújo, N. De F.; & Malheiros, D. A participação das mulheres na política institucionalizada do Distrito Federal: Um olhar sobre atuações e repercussões no turismo sustentável. *Revista Cenário*, 1(1), 108-121, 2013.

Arnaiz Burne, S. M. & César Dachary, A. A. (2009). *Geopolítica, recursos naturales y turismo: una historia del Caribe mexicano*. Editora de la Universidad de Guadalajara, Centro Universitario de la Costa.

Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

Berger, P. & Luckmann, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Berger, P.; & Luckmann, T. *The Social Construction of Reality*. New York: Anchor, 1966.

Bravo, L. L.; Macías, N. P. & Valdéz, Z. M. Turismo comunitario en Ecuador: Apuntes en tiempos de pandemia. *Revista de Ciencias Sociales*, XXVII(1), 265-277, 2021.

Bull, A. *La economía del sector turístico*. Alianza Editorial, S.A, Madrid. España, 1994.

Caiza, R., & Molina, E. Análisis histórico de la evolución del turismo en el territorio ecuatoriano. *RICIT*, 4, p.8-24, 2012.

Carrieri, A. DE P., Saraiva, L. A. S.; & Pimentel, T. D.. A Institucionalização da Feira Hippie de Belo Horizonte. *Organizações & Sociedade*, 15, 63-79, 2008.

Carrión, D. S. El turismo como política de Estado: prioridad para el desarrollo del Ecuador. p.363-373. 2003.

Carvalho, F. C.C. de. Agenda Governamental e Trajetória Institucional do Turismo no Brasil. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos*, 5(1), 59-70, 2015.



CEPAL – COMISSÃO PARA DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA. Medidas de recuperación del sector turístico en América Latina y el Caribe: una oportunidad para promover la sostenibilidad y la resiliencia. Naciones Unidas, 2020. Disponible em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45770/1/S2000441_es.pdf

Cerdas, S. N. (2014). Geopolítica en una “periferia del placer”. Colonialidad turística en Costa Rica. Rev. Ciencias Sociales 145(III): pp.45-60. <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/sociales/article/view/17610>

Cerqueira, D. F. Las políticas gubernamentales de estímulo a la Inversión Extranjera Directa de Brasil en Sudamérica entre los años 2003 y 2010: regresión productiva e inserción dependiente. CEO, N^o4. Junho, 2016.

César Dachary, A. & César Arnaiz, F.; Arnaiz Burne, S. M. (2016). Capitalismo, sociedad y turismo. Opción, v. 32, Especial n.13, pp.319-338.

César Dachary, A., & Arnaiz Burne, S. (2013). El turismo y la sociedad de consumo. Turismo y Sociedad, 14, 65-82. Recuperado a partir de <https://revistas.uexternado.edu.co/index.php/tursoc/article/view/3715>

César Dachary, A., & Arnaiz Burne, S. (2014). El caribe mexicano: La construcción de una frontera. Boletín Geográfico, 0(26), pág.61-74. Recuperado de <http://revele.uncoma.edu.ar/htdoc/revele/index.php/geografia/article/view/236>

Cintra, R. F.; Amâncio-Vieira, S. F.; & Costa, B. K. Stakeholder theory e institucionalismo sociológico: complementações para análise do Turismo local. Revista Iberoamericana de Turismo, 6(1), 165-186, 2016.

DiMaggio, P. J.; Powell, W.W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. Revista de Administração de Empresas, 45(2), 74-89, 2005.

DiMaggio, P.; & Powell, W.W. The New Institutionalism in Organizational Analysis. University of Chicago Press, 1991.

DMQ, Municipio del Distrito Metropolitano de Quito (2011). Plan de Desarrollo 2012-2022.

Doods, Klaus; Kuus, Merje & Sharp, Joanne (2013). Introduction: geopolitics and its critics. In: Dodds, Klaus; Kuus, Merje & Sharp, Joanne (2013). The Ashgate Research Companion to Critical Geopolitics. Eds. Farnham, UK: Ashgate. (1st Ed.). [Print ISBN: 9781409423805] DOI 10.4324/9781315612874

Eddy, E. Impacto Económico del Turismo en la Economía del Ecuador. Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET, v. 6, n. 2, pp. 69-81, 2016. Disponible em <https://abet.ufjf.emnuvens.com.br/abet/article/view/2956/2260>

Endres, A. V.; & Matias, E. M. (2018). A trajetória das políticas de turismo a partir das perspectivas do institucionalismo histórico: o caso da Paraíba. Revista Iberoamericana de Turismo, 8(1), 221-235.



Falaster, C.; Zanin, L. M.; & Guerrazzi, L. A. Teoria institucional na pesquisa em turismo: novas oportunidades de uma teoria em evolução. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 11(2), 270-293, 2017.

Fazito, M.; Scott, M.; & Russell, P. The dynamics of tourism discourses and policy in Brazil. *Annals of Tourism Research*, 57, 1-17, 2016.

Gomes, B. M. A.; Vargas-Sánchez, A.; & Pessali, H. F. Interação Empresários-Sector Público no Turismo: uma análise institucional e neocorporativista na cidade de Huelva (Espanha). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 8(3), 382-402, 2014.

Grimberg, Nicolas. Global Commodity Chains and the Production of Surplus-value on a Global Scale Bringing Back the New International Division of Labour Theory. *Journal of World-Systems Research*, v. 22, 2016.

Gyr, Ueli. (2010). The History of Tourism: Structures on the Path to Modernity, in: *European History Online (EGO)*, published by the Institute of European History (IEG), Mainz 2010-12-03. Available at: <http://www.ieg-ego.eu/gyru-2010-en> Retrieved in: 2019-01-20.

Hall, Michael C. (1994). Is Tourism Still the Plantation Economy of The South Pacific, *Tourism Recreation Research*, 19:1, 41-48, DOI: 10.1080/02508281.1994.11014692

Hall, Peter A.; & Taylor, Rosemary C. A. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 58, 193-223, 2003. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>. Acesso em 19 dez 2015.

Harvey, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992, 349p.

Immergut, E. M. O Núcleo teórico do Novo Institucionalismo. En: Saravia, E.; Ferrarezi, E. *Políticas Públicas*, 2007.

Janoski, Thomas. The New Division of Labor as Lean Production. *International Journal of Sociology*, 2015.

Kadt, Emanuel de. (1984). *Tourism Passport to Development?* 2nd Ed. Unesco and the International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank. London, Oxford University Press.

Kiljunen, K. Toward a Theory of the International Division of Industrial Labor. *World Development*, vol.17, nº1, 1989.

Kuus, M. (2010). Critical geopolitics. In Denmark, R. (ed.), *The International Studies Encyclopedia*. Volume II, Oxford: Blackwell, 683-701.

Lavandoski, J.; Albino S., J.; & Vargas-Sánchez, A. (2014). Institutional Theory in Tourism Studies: Evidence and Future Directions. *Spatial and Organizational Dynamics Discussion Papers*, 2014-3, CIEO-Research Centre for Spatial and Organizational Dynamics, University of Algarve.



Lazzarato, M. Le 'cycle' de la production immatérielle. *Future Antérieur*, n° 16. Paris: L'Harmattan, 1993/2.

Lazzarato, M. Le concept de travail immatériel; la grande entreprise. *Future Antérieur*, n° 10. Paris: L'Harmattan, 1992/2. Disponível em : <http://www.multitudes.net/Le-concept-de-travail-immateriel/> . Acesso 01 dez, 2016.

Lessa, S. Trabalho Imaterial": Negri, Lazzarato e Hardt. *Revista Estudos de Sociologia*, v. 6, n. 11, pp. 119-143, 2001.

Mackinder, H.J., "The Geographical Pivot of History", *The Geographical Journal*, Vol. 23, No.4, (April 1904), 421-437.

Mahoney, J.; & Schensul, D. Historical Context and Path Dependence. In: Goodin. R. & Tilly, C., *The Oxford Handbook of Context Political Analysis*. Political Science. Oxford: Oxford University Press. p. 454-471, 2006. (Coleção The Oxford Handbooks of Political Science).

March, J., & Olsen, J. P. The New Institutionalism. *Organizational Factors in Political Life*. *American Political Science Review*, 78, 734-749, 1984.

Marcussen, H. S. Chanfes in the Internacional Division of Labour: Theoretical Implications. *Acta Sociologica*, 1982, p. 67-78.

Meyer, J. W.; & SCOTT, W. R. *Organizational Environments. Ritual and Rationality*. Beverly Hills, Sage, 1983.

Meyer, W.; & Rowan, B. (1977). Institutionalized Organizations. Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, 83, 340-363.

MINTUR – MINISTERIO DEL TURISMO DEL ECUADOR. Plan Estratégico de Desarrollo de Turismo Sostenible para Ecuador, 2007.

MINTUR – MINISTERIO DEL TURISMO DEL ECUADOR. Plan Nacional de Turismo 2030. Quito: Ministério do Turismo del Equador, 2019.

MINTUR, Ministerio de Turismo de Ecuador (2007). Plan Estratégico de Desarrollo de Turismo Sostenible para Ecuador.

Mozzato, A. R.; & Grzybovksi, D. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Quantitativos no Campo da Administração: potencial e desafios. *Revista de Administração Contemporânea – RAC*. Curitiba, 15(4), 731-747, 2011.

Nunkoo, Robin; & Ramkissoon, Haywantee e Gurso, Dogan (2012). Public trust in tourism institutions. *Annals of Tourism Research*, 39(3), 1538-1564.

Oliveira, M. C. B. DE & Pimentel, T. D. El Campo Turístico de la ciudad de Quito (Ecuador): un análisis del capital de sus agentes y de la (posible) acción colectiva sobre las políticas de turismo como objeto de disputa. *Investigaciones turísticas*, v. 6, p. 183-209. 2016.



Ordóñez, M. El turismo em la economía ecuatoriana: la situación laboral desde una perspectiva de género. Chile: Naciones Unidas, 2001.

Peters, B. G. (2000). Institutional Theory: Problems and Prospects. Reihe Politikwissenschaft/Political Science Series 69. Institute for Advanced Studies, Vienna, 1-20.

Peters, B. G. El nuevo Institucionalismo. Teoría Institucional en Ciencia Política. Barcelona: Editorial Gedisa S.A, 1999.

Pimentel, M. P. C. A Institucionalização de Políticas Públicas de Turismo em Âmbito Municipal no Brasil. Unpublished máster dissertation (Business Management), 2011. Universidade Federal de Lavras, Lavras (MG).

Pimentel, Mariana P. C. Uma Discussão Teórico- Metodológica para a Análise das Políticas de Turismo no Brasil. In: Pimentel, Thiago D.; Emmendoerfer, Magnus L.; Tomazzoni, Edegar L. Gestão Pública do Turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul, RS; EDUCS, 2014. (Capítulo 12, pp.317-331).

Pimentel, T.D.; Carvalho, F.C.C.; Pimentel, M.P.C. O Processo de Institucionalização das Estruturas Formais de Investigação em Turismo (EFIT) no Brasil. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, 13 (3), p. 16-35, set./dez, 2019. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v13i3.1493>

PIMTE - PLAN INTEGRAL DE MARKETING TURÍSTICO DE ECUADOR, 2014

PLAN NACIONAL DE COMPETITIVIDAD TURÍSTICA. Ministerio de turismo del ecuador, 2012

PLANDETUR; DISEÑO DEL PLAN ESTRATEGICO DE DESARROLLO DE TURISMO SOSTENIBLE PARA ECUADOR "2020", 2007.

Prieto, M. Espacios en disputa: el turismo en Ecuador. Quito: FLACSO, p.232, 2011.

Provincia de Pichincha (2012). Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial de la Provincia de Pichincha 2025.

Quito Turismo (2012). Plan Estratégico Empresa Pública Metropolitana De Gestión De Destino Turístico Quito Turismo 2012-2015.

Ramos, S. Análisis de las políticas para el turismo en Ecuador con énfasis en el turismo rural comunitario. Revista San Gregorio, 15, 122-127, 2016.

Restrepo Quintero, O. (2014). Análisis de la Política Pública Turística para la Transformación Productiva del Sector en Colombia 2004-2014. Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET, v. 4, n.3, 18-34. Disponível em <https://abet.ufjf.emnuvens.com.br/abet/article/view/2872/2198>

Saant, S. M. U. & Caires, C. M. R. Gobernanza e instrumentos de política: un análisis de la política de turismo comunitario del Ecuador. Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Publica, 4(2), 59-83, 2017.



Scott, J. *Sociological Theory: Contemporary Debates*. Aldershot, Edward Elgar Publishing, 1995.

SENPLADES, Secretaria Nacional de Planificación y Desarrollo. *Plan Nacional de Desarrollo/Plan Nacional para el Buen Vivir 2013-2017*. Quito, Ecuador, 2013.

Serrano, P. V. *Fomento turístico provincial: diagnóstico competencial, experiencias exitosas y propuesta de fortalecimiento institucional*. CONCOPE - Consorcio de Consejos Provinciales del Ecuador. Quito, p 186, 2011.

Silva, C. G. da. *Impactos de programas nacionais de turismo sobre as instituições e organizações turísticas nos municípios do Pará (Brasil)*. *Turismo e Sociedade*, 10(3), 2017.

Stevenson, N.; Airey, D.; & Miller, G. *Tourism Policy Making: The Policymakers' Perspectives*. *Annals of Tourism Research*, 35(3), 732-750, 2008.

Thelen, K. *How Institutions Evolve: The Political Economy of Skills in Germany, Britain, the United States, and Japan*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Tolbert, P. S.; & Zucker, L. G. *A institucionalização da teoria institucional*. In: Clegg, S., Hardy, C.; & Nord, W. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1998.

Touraine, A. *La société post-industrielle: naissance d'une société*. Editions Denoel, Paris, 1969

Vercellone, C.; Cardoso, P. *Nueva división internacional del trabajo, capitalismo cognitivo y desarrollo en América Latina*. *Revista Latinoamericana de Comunicación*, nº133, dezembro – março 2017, p. 37-59.

Wilke, E. P.; & Rodrigues, L. C. *Fontes de pressão institucional: reflexões sobre legitimidade na indústria hoteleira brasileira*. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 7(2), 337-357, 2013.

Zucker, L. *Institutional Theories of Organizations*. *Annual Review of Sociology*, 13, 443-464, 1987.

Yves Lacoste (1989[1976]). *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 2. ed. Campinas: Papirus.